



TEORIAS FEMINISTAS, REFLETINDO ACERCA DA CATEGORIA “GÊNERO”

Danyelle Mota Ricardo GUERRA¹

RESUMO

Este artigo discute a categoria gênero, articulando-a com a condição de sua produção intelectual, mostrando as conexões existentes entre o pensamento e a ação social. Parte de exemplos históricos que evidenciaram lutas contra as discriminações de gênero e produziram um discurso feminista, democrático e libertário retratado por Joan Scott em sua belíssima obra: “Cidadã Paradoxal”. Faz uma revisão bibliográfica de teóricos como: Hannah Arendt, Joan Scott, Simone de Beauvoir, Helleith Saffioti, Gramsci, Foucault, dentre outros, ampliando este conceito com a incorporação da idéia de liberdade social como aspecto central nesta revisão conceitual aqui esboçada.

Palavras- chave: gênero, relações sociais e poder

ABSTRACT

This article argues the category on condition that sort, articulating it its intellectual production, showing to the existing connections between the thought and the social action. Part of historical examples that had evidenced fights against the discriminations of sort and had produced a speech feminist, democratic and libertarian portraied by Joan Scott in its gorgeous workmanship: “Paradoxical Citizen”. She makes a bibliographical revision of theoreticians as: Hannah Arendt, Joan Scott, Simone de Beauvoir, Helleith Saffioti, Gramsci, Foucault, amongst others, extending this concept with the incorporation of the idea of social freedom as central aspect in this conceptual revision sketched here.

Key-words: gender, social relations, power

Relação entre pensamento feminino e as condições de existência das mulheres

Quatro exemplos biográficos, citados por Scott (1990), ilustram as ações políticas de mulheres que lutaram para participar da vida social, econômica e cultural de suas épocas. Sujeitos históricos estas mulheres alicerçaram o longo processo de construção da cidadania com repercussões no mundo. Tratava-se de um confronto entre as condições objetivas de participação social de um segmento social, as mulheres, e as idéias dominantes que beneficiavam outro segmento social, os homens.



Olympe de Gouges teve a ousadia de publicar em 1791 a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”, denunciando a Declaração dos Direitos do Homem como instrumento de cidadania restrita aos componentes do sexo masculino. Naquele documento insistia não somente que as mulheres, por natureza tinham os mesmos direitos dos homens (elas eram

também indivíduos), mas ainda suas necessidades específicas de mulher tornavam o exercício desses direitos mais urgentes. Através de seu atributo de imaginação,

¹ Socióloga; Mestranda em Políticas Públicas e Sociedade – MAPPS da Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Olympe de Gouges se considerava possuidora dos direitos² de “homem e cidadão”. Segundo ela, era por meio da imaginação criativa que se atingia a cidadania. Em sua vida, rompeu com uma série de papéis atribuídos às mulheres, iniciando pelo abandono do nome do seu pai e do seu marido, passando pela carreira de escritora de peças abolicionistas e feministas para o teatro, culminando com sua condenação à morte pela guilhotina em 1793.

Jeanne Deroin, militante socialista, casada com um engenheiro, mãe de três filhos, que após a derrota da Comuna de Paris, resolve se candidatar ao parlamento para desmascarar a própria lei que, sob o manto de “igualdade” dos cidadãos, excluía as mulheres tanto do voto, quanto da possibilidade de se elegerem.



Em 1849, recusa-se, ao casar, a usar o sobrenome do marido, questiona a maternidade e a relação mãe/filho, propõe uma teoria sobre o indivíduo moderno que oscila entre dois modelos: a fusão do casal homem/mulher ou a mulher independente do homem na procriação. Fugindo ao estereótipo da mãe como ideal supremo para mulher, Jeanne Deroin vê a maternidade como um *trabalho social* e não como um destino biológico; pois a mãe seria a idealização máxima da cidadania, pois geraria os filhos. Utópica, ela propunha que fosse o Estado o responsável pela manutenção material das crianças que ficariam sob a responsabilidade moral das mulheres. Foi condenada e presa por seis meses em 1850, saindo da prisão, em 1851, e partindo para o exílio na Inglaterra, onde permaneceu até sua morte em 1894.



Hubertine Auclert saiu de uma cidade do interior e foi para Paris aos 25 anos, em 1873. Graças a uma herança familiar, fundou o jornal *La Citoyenne* e passou a pugnar em favor da causa das mulheres, ação que desenvolveu durante mais de 50 anos. Através deste periódico atuou no debate político do final do século XIX, discutindo o significado da cidadania para as mulheres, centrada no trabalho.

Num período de intensa defesa de espaços profissionais masculino como mostra o exemplo dos tipógrafos que temiam a inversão de gênero com a entrada das mulheres no mundo deles, Hubertine Auclert advogava que as mulheres deviriam ter direito ao trabalho remunerado. Ousou incluir, neste mesmo patamar, o ‘sagrado’ trabalho doméstico, desde sempre destinado às mulheres, demonstrando o seu valor econômico e o quanto era essencial para toda a sociedade. Seu discurso manteve-se atualizado com algumas questões que ainda hoje são evocadas nos discursos feministas, como a existência de um “interesse” particular só das mulheres, revelado quando do seu ingresso no mundo da política. Este argumento fundamenta outros exemplos

² A Declaração dos direitos da Mulher e da Cidadã tem em seu preâmbulo: “As mães, as filhas, as irmãs, representantes da nação, reivindicam constituir-se em Assembléia Nacional. Considerando que a ignorância, o esquecimento, ou o desprezo da mulher são as únicas causas das desgraças públicas e da corrupção dos governantes, resolverem expor em uma Declaração solene, os direitos naturais, inalienáveis, e sagrados da mulher, a fim de que esta Declaração, constantemente, apresente todos os membros do corpo social seu chamamento, sem cessar, sobre seus direitos e seus deveres, a fim de que os atos do poder das mulheres e aqueles do poder dos homens, podendo ser a cada instante comparados com a finalidade de toda instituição política, sejam mais respeitados; a fim de que as reclamações das cidadãs, fundadas doravante sobre princípios simples e incontestáveis, estejam voltados à manutenção da Constituição, dos bons costumes e à felicidade de todos”. Do artigo I ao XVII acessar: <http://www.dhnet.org.br/direitos>.

alguns defensores da lei das cotas. Para ela, os interesses masculinos e os femininos seriam opostos: os homens se identificariam com os valores particulares (egoístas e sexuais) e conseqüentemente defenderiam a guerra e a morte; enquanto as mulheres se voltariam para os valores gerais (altruístas e amantes) e, por conseguinte, defenderia a paz e a preservação da vida.

Madeleine Pelletier foi uma das primeiras médicas-psiquiatras francesas, após conseguir derrubar, em 1902, a lei que impedia as mulheres de fazer residência em asilos psiquiátricos, local onde paradoxalmente ela foi internada, no final de sua vida, e morreu em 1939. Marcada pelas descobertas científicas do inconsciente na virada do século XIX para o XX, ela via a identidade feminina como uma forma de opressão interiorizada.



Fruto de sua época, Madeleine Pelletier, encarnava o modelo de individualismo moderno. Radicalmente oposta às diferenciações entre os sexos, vestia-se com trajes masculinos como forma de desconstruir imagens, eliminando, assim, a subordinação que os trajes femininos impunham às mulheres. Defensora do voto das mulheres, também, dedicou as últimas décadas de sua vida à luta pelo direito à contracepção e ao aborto, sendo uma das precursoras das principais lutas do feminismo no final do século XX.

Mulheres que viveram em épocas diferentes, mantêm esse sentimento comum de indignação, que ultrapassa o tempo histórico que se liga para elaboração de um discurso delas.

Os exemplos biográficos citados evidenciam uma relação conflituosa de gênero, que pode ser identificado ainda hoje caracterizando as sociedades contemporâneas, e assumindo formas diferenciadas dependendo do nível de desenvolvimento social alcançado.

A mulher no sistema capitalista contemporâneo

Adentrar na relação da mulher e o do trabalho dará subsídios para entendermos tanto a antiga e contínua luta feminina pelo reconhecimento do seu espaço, como também as conseqüências de um sistema contraditório que ao mesmo tempo em que deu condições para o sexo oprimido se emancipar também consegue estabelecer uma permanente desigualdade entre o sexo oposto.

Saffioti (1987) salienta o papel da mulher na produção econômica através do trabalho. Em todos os lugares e épocas ela tem contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social. Antes da revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras já era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas. Além disso, realizava outras tarefas domésticas, desempenhando a função econômica fundamental desde as economias pré-capitalistas.

Durante todo o Antigo Regime, a mulher exerceu atividades comerciais. Porém, tanto no trabalho fora de casa quanto dentro de casa, a mulher era individualmente considerada “incapaz”. A obediência da mulher ao marido ou parceiro, era norma ditada pela tradição. Em troca da proteção masculina, ela deveria colaborar no trabalho e manter um comportamento submisso, pois que as sociedades patriarcais sempre entenderam ser dever da mulher depender do chefe de família.

Com o aparecimento do capitalismo criou-se a necessidade da igualdade entre as pessoas no sentido jurídico, para poder firmar os contratos de trabalho. Daí surge a idéia individualista de independência financeira. O avanço do capitalismo produziu relações desiguais entre homens e mulheres, entre trabalhadores e patrões, entre migrantes e não-migrantes, entre índios e não-índios, e tantas mais. Além disso, diferenciou capital do trabalho e campo da cidade. As populações migraram ou fixaram nos territórios, respondendo às imposições do desenvolvimento econômico. As classes trabalhadoras foram

atraídas para lugares onde estava ocorrendo a expansão capitalista e expulsas das áreas estagnadas economicamente.

Homens e mulheres buscaram oportunidades, empregos e melhores condições de sobrevivência. Detentores de força de trabalho, eles enfrentaram na maioria das vezes, muitas adversidades no mercado de trabalho em qualquer lugar que estivessem. Porém as mulheres foram as mais discriminadas nas atividades produtivas. Para elas o sistema reservou os postos de trabalho mais humildes e menos rentáveis. Assim, essas relações desiguais desmentem a idéia de que a igualdade e a liberdade seriam próprias da natureza do capitalismo. “A negação de direitos civis e políticos à mulher limitava, portanto, a esfera de sua atuação, caracterizando-a, desde o início do capitalismo, simultaneamente, como construtora da riqueza e obstrutora do progresso social”.(SAFFIOTI, 1987, p.72).

As funções historicamente femininas, tais como cozinhar, tecer e o cuidar dos afazeres domésticos, passaram na Idade Moderna, a assalariadas. A condição feminina não se alterou, pois a mulher continuou a desempenhar as mesmas funções e a cumprir deveres sociais sem deixar de submeter-se aos homens. Seu trabalho tomou uma nova forma que ocultou sua situação de exploração e dependência ao sexo oposto.

O mercado de trabalho abriu-se para a mão-de-obra feminina, porque o capitalismo reproduz-se ampliadamente com esta força trabalhadora, contratando-a com menor custo e com isso, garantindo o lucro fácil e rápido, a mais valia e o excedente. A situação trabalhista para o sexo feminino era desvantajosa, subalterna e desvalorizada no mercado em comparação à masculina.

A presença da mulher no processo produtivo foi marcante na industrialização, especialmente ligada ao setor têxtil. Segundo Hirata, citada por Galeazzi (2001), vem sendo observado, nas últimas décadas do século XX, um comportamento diferenciado da taxa de atividade feminina em quase todos os países industrializados. Enquanto “(...) as taxas masculinas estagnam ou decrescem, as femininas ampliam-se durante os períodos de expansão e continuam a crescer durante a crise” (p.18)

Muitos são os fatores que impulsionaram esse processo. Galeazzi (2001) cita alguns, como: o desejo de desenvolver uma carreira, a necessidade econômica, seja em decorrência da deteriorização dos rendimentos reais do trabalho, seja para fazer frente aos novos anseios de consumo, e principalmente, as elevadas taxas de desenvolvimento econômico que, no caso latino-americano, marcaram especialmente as três décadas subseqüentes à II Guerra, trazendo uma expansão do emprego assalariado regulamentado e incorporando novos contingentes de trabalhadores, inclusive as mulheres.

A despeito dessa inserção feminina no mercado de trabalho, sabemos que a submissão, a opressão, a exclusão e a violência contra a mulher, ainda persistem nos dias de hoje, mesmo com a ação dos movimentos feministas questionadores do *status quo*, que têm lentamente conquistado direitos e respeito para as mulheres.

Quanto à questão da mulher, ela nos remete às características desiguais e contraditórias entre os sexos. Saffioti afirma que as relações de gênero constituem uma totalidade dialética, na qual suas distintas partes interagem de forma orgânica, contraditória e refletem concepções de gênero internalizadas por homens e por mulheres.

Rediscutindo os conceitos de gênero

O modo como mulheres e homens pensam e agem está condicionado às condições sociais de suas existências, e completado ao mesmo tempo com elaborações valorativas sobre essas

relações. As reflexões teóricas sobre os vínculos entre os sexos têm despertado interesses em mulheres pensadoras que construíram a categoria “gênero” para explicar a realidade social.

A categoria gênero aparece nos textos acadêmicos na década de 80, no Brasil, como conceito que busca interpretar a problemática que envolve a divisão sexual do trabalho e a discriminação em relação à mulher, que tomou uma dimensão social, e por isso, exigiu da intelectualidade uma reflexão crítica.

Para Joan Scott citada por Sâmara (1997), algumas feministas começaram a utilizar a palavra gênero num sentido literal e estreito. Era necessário, ao contrário, utilizar o termo gênero como uma noção relacional, idéia apoiada por Hirata (2002), onde as mulheres e os homens seriam definidos “em termos recíprocos e nenhuma compreensão de um deles podia ser alcançada por um estudo separado” (SAMARA, 1997.p.32).

A definição, segundo Joan Scott (1990) propõe o gênero como categoria de análise histórica. Ela conceitua o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, fundada nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primeira de significar as relações de poder. Para ela, o gênero é composto de quatro elementos que funcionam de maneira articulada, mas, não obrigatoriamente ao mesmo tempo:

1) seriam os *símbolos*, culturalmente disponíveis, de representações múltiplas, por vezes contraditórias, como por exemplos Maria, símbolo de pureza, que engravidou e pariu sem perder a virgindade; e Maria Madalena e Eva, pecadoras, imagens da sedução e do pecado;

2) *os conceitos normativos*, que são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas, jurídicas, e colocam em evidência as interpretações limitantes dos símbolos e suas contradições. Em geral, eles são veiculados como oposição binária (inocente-pecador; puro-impuro; forte-delicado) e definindo de forma categórica o sentido do masculino e feminino;

3) encontram-se as *instituições e organizações sociais* - família, mercado de trabalho, sistema político, sistema educacional, sistema de saúde, que divulgam, reafirmam os conceitos e organizam-se sobre esta base;

4) *a identidade subjetiva* - vinculada ao indivíduo, a construção do sujeito, que define sua forma de reagir ao que lhe é apresentado como "destino" e sobre essas possibilidades pouco se pode dizer. A articulação desses elementos vai compondo identidades, papéis, crenças, valores, relações de poder. Mas, a história descreve esses processos como se estas posições normativas fossem produtos de consensos e não de um conflito na sociedade.

Entretanto, para Saffioti (1992) “não basta que um dos gêneros conheça e pratique as atribuições que lhe são conferidas pela sociedade, é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades-direitos do outro gênero” (p.193). Isso não quer dizer, que a posição de homens e mulheres são equivalentes, mas que permitem uma complementaridade entre ambos, um permanente diálogo entre as partes, uma vez que essas responsabilidades e os direitos, além de socialmente construídos, são também historicamente definidos.

Ampliando esse conceito, Inês Detsi Santos (2001), que discorre sobre o processo de construção teórica do conceito de gênero identificaria como um conjunto de forças que traz conseqüências concretas para a vida dos sujeitos, por ser ao mesmo tempo ação, representação e auto-representação.

De acordo com a autora citada, a intensificação de estudos sobre a condição feminina, nos últimos anos, possibilitou uma modificação no olhar científico, em diferentes comunidades e sociedades. Dessa forma, muitos conceitos, tidos como universais, legados pelo pensamento cultural e filosófico ocidental da modernidade, foram colocados em dúvida, provocando dessa forma um processo de desconstrução e elaboração de novas categorias teórico-metodológicas.

Portanto, gênero seria uma relação social que envolveria duas dimensões: “O comportamento diferenciado masculino e feminino, observado nas sociedades e a distribuição desigual de poder entre os sexos” (SANTOS, 2001, p.6-7). Na primeira dimensão, o gênero é focalizado como um produto social que é transmitido ao longo do tempo; e a segunda evidencia a posição das mulheres como submissas/dominadas na organização social.

Avançando na discussão conceitual Helena Hirata (2002), o define como uma expressão relacional entre os sexos feminino e o masculino. É uma forma de vivenciar, conceber e interpretar as condições de vida de homens e de mulheres. Trata-se, pois, de uma construção histórica, social e cultural, onde as diferenças entre os sexos não são simplesmente fisiológicas, biológicas ou anatômicas.

As três autoras citadas não diferem entre si porque o conceito de gênero para Saffioti (1992) também não se restringe ao aspecto biológico, “(...) mas sofre uma elaboração social, que não se pode negligenciar sob pena de naturalizar processos de caráter histórico” (p.183).

Acredita-se que os dados biológicos femininos influenciaram na caracterização de uma situação. Beauvoir (1970), explicita, que: “sendo o corpo o instrumento de nosso domínio do mundo, este se apresenta de modo inteiramente segundo seja apreendido de uma maneira ou de outra” (p.52).

Acrescentando a afirmação de Beauvoir, Hannah Arendt (1993), mesmo sem se declarar feminista, dá uma contribuição relevante neste trabalho no que diz respeito ao condicionamento que faz parte dos seres humanos. Para a autora os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência. O mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas constantemente os homens são condicionados pelos seus atos. Independente do que façam, tudo o que adentra espontaneamente no mundo humano torna-se parte da condição humana.

Quando Arendt fala de *vita activa* ela designa três atividades fundamentais dos seres humanos. São elas: o labor, o trabalho e a ação. O processo biológico é correspondente a primeira condição básica, o labor. As atividades básicas do ser humano enquanto ser naturalmente biológico, com vista à satisfação das necessidades vitais. Por trabalho, entende a atividade geral pela qual o humano vem dominar a natureza, em vez de se lhe submeter. Como terceiro e último estágio, Hannah Arendt indica a ação propriamente dita, que é o horizonte em que o humano transcende a sua condição de trabalhador para se impor como cidadão. Para ela corresponde à condição humana da pluralidade. “A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (p.16).

Contudo, nesse item não cabe mais aprofundar essa discussão, nem tampouco citar as diferenças biológicas entre os homens e as mulheres. Mas, tentar compreender as relações que existem entre os sexos, tendo por base o elemento de dominação-exploração exercida pelos homens sobre as mulheres, que para Saffioti (1992) sua intensidade varia de sociedade para sociedade e de época para época, mas não presume o total esmagamento da mulher (personagem que figura no pólo de dominada-explorada). Diferente do que muitos pensam e/ou colocam a mulher num plano de submissão e obediência, cada gênero possuiria seus próprios poderes:

As mulheres, mesmo que subalternas, detêm parcelas de poder que lhes permitem meter cunhas na supremacia masculina e assim cavar-gerar espaços nos interstícios da falocracia. (...) Homem e mulher, assim como a dialética entre o escravo e o seu senhor, jogam cada um com seus poderes, o primeiro para preservar sua supremacia, a segunda para tornar menos incompleta sua cidadania (...) As relações sociais de gênero travam-se

no terreno do poder, onde a exploração dos subordinados e a dominação dos explorados são face de um mesmo fenômeno (SAFFIOTI, 1992 p.184 - 185).

Assim, quando se estuda gênero como relações sociais o que está sendo investigado é o jogo de poder entre homens e mulheres. A realidade só é visível ao pesquisador pela análise da *práxis*, ou seja, pela ação transformadora das classes sociais, pelas lutas concretas, pelas relações sociais, portanto, pelo exercício do poder (MARX, 1989).

O poder e a dominação

Sendo as relações de gênero definidas como relações sociais, elas envolveriam interesses, dominação, submissão e outras envolveriam manifestações de influência de uns sobre os outros. Teóricos como Michel Foucault e Gramsci darão substância para tal interpretação.

É comum entender o poder como mais uma propriedade das “classes dominantes”. Para Marx o poder estava diretamente vinculado às relações de produção. Os burgueses exerceriam uma dominação e, por isso uma exploração sobre os trabalhadores, e a única forma de evitar esse poder opressor era a instauração da propriedade coletiva dos meios de produção.

Mas, diz Foucault, o poder é um conjunto de estratégias em movimento nas práticas, técnicas, discursos, crenças, corpos e instituições. Não se possui poder, ele é exercido. Não é o resultado do privilégio de nenhuma classe, mas o efeito das posições de classe, dos grupos e dos próprios indivíduos. O enfoque foucaultiano concebe de forma totalmente revolucionária o poder, entendendo-o como uma produção social, excluindo qualquer necessidade de centralização ou explicação fora de seus próprios fluxos. O Estado como eixo do poder é somente o terminal que faz refluir os micropoderes difusos, multiplicados, elementares, profundamente mais perigosos que o “poder público”.

Albuquerque (2000), baseando-se em Michel Foucault, afirma que o poder é um conjunto de relações; em vez de derivar de uma superioridade, produz assimetria; em vez de agir de forma intermitente, ele se exerce permanentemente; em vez de agir de cima para baixo, submetendo, ele se irradia de baixo para cima, sustentando as instâncias de autoridade; em vez de esmagar e confiscar, ele incentiva e faz produzir.

Certamente Foucault (1993) argumenta que não devemos buscar o poder num ponto central, num foco último de soberania do qual irradiam formas derivadas e descendentes, mas nas relações de força múltiplas que se formam e atuam na produção, nas famílias e nos indivíduos, que se fortalecem ao atuar conjuntamente em todos os espaços.

Sendo as relações de gênero como uma relação social, como já foi dito anteriormente, pode-se dizer que as primeiras estão permeadas pelo poder, presente nos vários espaços, onde homens e mulheres se relacionam.

Para as teóricas feministas que partem da existência de um domínio patriarcal, a raiz da condição feminina mostra-se na relação social de desigualdade entre os gêneros, historicamente construída e em vigência até os dias de hoje, onde o homem detém o poder sobre a mulher, sobre o filho, sobre a propriedade e no Estado. Essa força circula em rede e perpassa por todos os indivíduos. Neste sentido não existe o "fora" do poder. Trata-se de um jogo de forças, de luta transversais presentes em toda sociedade.

Essa idéia é confirmada na leitura de Machado (2003), sobre Foucault, a qual afirma que:

(...) os poderes não estão localizados em nenhum ponto específico da estrutura social. Funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível, limites ou fronteiras. (...) o poder não é algo que se detêm a uma coisa, como uma propriedade, que se possui ou não. (...) é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. (...) não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. (...) deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede (p. XIV).

Retomando Saffioti (1979), esta autora afirma que a definição elaborada por este filósofo francês está adequada, uma vez que este conceito permite:

(...) a análise do fenômeno em pauta quer a nível macro, ou micro. Como os espaços de poder da mulher se inscrevem muito mais no plano micro, inclusive os espaços cavados/gerados através da introdução de cunhas no poder do macho, o conceito formulado por Foucault adequa-se mais aos propósitos deste trabalho (p.185).

Sendo as relações de gênero, mais observadas e concretizadas em espaços mais privados do que públicos, o pensamento de Foucault (1993) contribui para uma interpretação satisfatória das lutas cotidianas e dos embates quase imperceptíveis delineados nas malhas finas da rede de poder, isto é, na microfísica do poder. O processo de dominação e também de resistência dão-se a partir de linhas quase invisíveis, mas que fazem parte do cotidiano e das múltiplas formas de convivência, nos meandros das relações sociais. Tendo a idéia de poder como algo que se produz em rede, num cenário em que o “o sujeito social”, o “ator da história” aparece como agente propagador de sua força e não apenas como receptor de estímulos externos.

Por sua vez, Gramsci analisando o poder como uma relação de hegemonia-coesão, vê o terreno essencial da luta contra a classe dirigente se situando na sociedade civil. Gramsci via que a dominação dava-se em diversos campos, como na escola, no serviço militar, e nos meios de comunicação em geral, como os jornais, o cinema, o rádio e a televisão. Para ele a dominação era uma situação de hegemonia com dupla dimensão: da força e do consentimento.

Quando recorremos a essa interpretação para explicarmos a questão de gênero percebemos esta mesma perspectiva. Disse ele: “a questão ético-civil mais importante ligada à questão sexual é a da formação de uma nova personalidade feminina: enquanto a mulher não tenha alcançado não só uma real independência frente ao homem e também uma nova forma de conceber-se a si mesma é de conceber seu papel nas relações sexuais, a questão sexual seguirá cheia de traços mórbidos” (GRAMSCI *apud* BUCI-GLUCKSMANN, 1979, p. 92).

Nesse sentido, o processo de dominação entre os gêneros em particular e na sociedade em geral, tem seus tentáculos na produção e na reprodução da vida social e na elaboração de seus valores e concepções. As redes de poder que são delineadas no cotidiano e nas múltiplas ações dos homens; encontram justificativa em um discurso elitista ao mesmo tempo em que se percebe o processo de resistência sendo articulado através dessas mesmas redes de poder, isto é, a resistência acontece através das múltiplas ações humanas.

Assim, o processo capitalista de desenvolvimento produz relações de dominações entre as classes fundamentais da sociedade, como também entre os gêneros constrói redes de poder e de dominação que vão sendo reproduzidas nos micros espaços de convivência dos grupos sociais, na família, na vizinhança. Estas relações de dominação seriam formas transformadas dessa hegemonia geral da classe dominante particularizada para relações diretas entre pessoas.

Este processo de alienação é gestado desde a tênue idade. Por exemplo, pela imitação e pela identificação, as meninas vão introjetando sentidos e significados e exercitando um fazer estabelecido pela sociedade como eminentemente feminino, que se desenvolve, prevalentemente, na esfera de vida familiar, no âmbito do privado ou pré-político (Arendt, 1995). Impedidas, historicamente de 'ver o mundo', de exercer o poder no domínio público, as meninas crescem sob diversas influências que culminam com a atribuição de um alto valor a profissões tidas como mais adequadas à condição feminina, que envolvem o exercício do cuidar, do ensinar e do servir. Dessa forma, na maioria das vezes, o poder que as mães têm com os filhos, enquanto crianças, e com os alunos - para a mulher- mãe e professora - pode se constituir numa forma de exercer o poder que em outras circunstâncias lhes é subtraído ou negado. Essa construção se dá, evidentemente, a partir das concepções de gênero internalizadas por homens e por mulheres.

Portanto, o gênero divide as relações sociais e do mundo do trabalho, diferenciando as pessoas por sexo. Trata-se de um fenômeno social que está em constante mutação, alterando os tipos de atividades exercidas por mulheres e homens. A classe trabalhadora, composta por sexos diferentes busca sua sobrevivência fixando-se ou deslocando-se para os mais diversos e diferentes lugares. Isto é inerente ao capitalismo, onde pessoas circulam para vender sua força de trabalho, resistindo ou submetendo-se à exploração do capital numa redistribuição da população no tempo e no espaço.

Mas, sabe-se que a liberdade, para as diferentes classes do sistema capitalista, não é exercida da mesma forma. Vivemos num mundo da liberdade e da igualdade utópicos entre atores econômicos racionais, onde a principal regra é a do próprio sistema: de manter a desigualdade e o desequilíbrio.

Os indivíduos ou grupos sociais tendem a ser percebidos como simples atores de um drama cujo cenário está inscrito na estrutura, particularmente no mercado de trabalho. A partir disso, mais uma vez pode-se notar a contradição impregnada no sistema: a determinação estrutural e a liberdade individual.

Liberdade para romper estereótipos

Os homens, independente de suas vontades, contraem determinadas relações a fim de se estabelecerem num contexto de produção social, essencialmente ligada à estrutura econômica da sociedade capitalista, a qual funciona sob a ótica de um sistema desigual e contraditório, ao mesmo tempo em que o homem se encontra livre, ele está preso ao trabalho. Para a mulher a submissão ao capital apresenta-se de duas formas: no trabalho formal e na relação entre os sexos,

Os homens reproduzem o sistema dominante no seu emprego e na sua família, espaços de micro poder. Assim encontra-se no mercado de trabalho uma dominação apenas aparente entre indivíduos, mas que são formas transformadas das relações de poder entre as classes, que tomam feições distintas em cada caso, mas fortalecendo a estrutura social que explora os trabalhadores em geral, e em particular, duplamente a mulher.

A luta feminina tem buscado construir novos valores sociais, nova moral e nova cultura, neste sentido situa-se no campo democrático, que discute uma justiça social entre homens e mulheres que suprima as desigualdades de gênero e de classe.

Apesar das dificuldades as mulheres conquistaram um espaço no mercado de trabalho, na chefia das famílias, no parlamento, mudando a maneira como elas são vistas e os valores a elas atribuídos pela sociedade.

A efetivação das conquistas femininas no espaço público exige transformações nas relações sociais no mundo privado. A esse respeito, Hannah Arendt (1993) esclarece que o espaço privado não é, apenas, o lugar da intimidade e do aconchego, mas, por excelência, o lugar da privação. No caso de algumas mulheres, além de ser o lugar da privação, é o lugar de sua privatização, ou seja, o lugar onde elas e os seus destinos têm um dono, que se encarrega de controlar a manutenção das interdições femininas com o mundo público, para aquém dos direitos civis e políticos conquistados por outras mulheres. Em virtude disso, na contemporaneidade, o ponto fundamental da discussão feminista se concentra em torno da manutenção de práticas patriarcais, no interior da família, reconhecendo-se que a mesma representa o espaço ideal para a reprodução de sociedades desiguais, portanto desprovidas de liberdade.

A liberdade humana seria aprisionada pelos limites do corpo biológico e pela própria finitude da terra, segundo Hannah Arendt. Referindo-se a condição feminina, diríamos que a liberdade de gênero estaria condicionada pelas restrições valorativas e culturais de nossa sociedade, fomentadas historicamente.

Somos, entretanto, capazes de fazer algo que mude isto e os exemplos anunciados no início deste artigo o indicam. O que estamos permanentemente construindo é o pensamento social sobre este fazer que muda as relações de opressão entre as pessoas de sexo diferente.

É sinal dos tempos a mobilização contra o infortúnio e a falta de liberdade. Nesta era da globalização os pensamentos se entrecruzam e as manifestações acompanham esta interconexão, criando novas condições para refazer práticas e concepções.

Como as mulheres e os homens não podem viver isolados, o campo social da convivência entre os indivíduos é por excelência o lugar da liberdade ou da opressão. A história tem se caracterizado pelas épocas mais ou menos opressivas entre as pessoas e os grupos de resistência têm cumprido um papel fundamental no rompimento da dominação e na construção da liberdade, condição humana de existência social.

Considerações Finais

Recapitulando a trajetória das práticas feministas e o conhecimento científico explicativo deste fato social, definiríamos a questão de gênero como uma condição feminina relacional com o sexo oposto, caracterizada pelos aspectos biológicos que permite a mulher uma experiência única da maternidade, onde ela participa da criação da vida, organicamente articulada com o papel social a ela designado pela sociedade, onde ela enquadra-se naquilo socialmente construído, condizente com o grau de autoconsciência, onde ela desenvolve alienação ou a conscientização de sua posição no mundo, que a impele para a omissão ou para ação ativa, relacionada ao mundo que a exige o trabalho, onde ela faz parte da produção e da reprodução da vida social, para interagir com as coisas do mundo e que tem como sentido a liberdade entre ela e os outros, em situações de ausência de opressão e de dominação, contemplando as funções principais da vida social: a política, a economia e a cultura.

A condição feminina e sua estreita vinculação com a necessidade de liberdade tende a explicar as diferentes formas e manifestações das desigualdades e das concepções sobre essas diferenças injustamente vivenciadas.

Pressupõe esta definição da questão de gênero a igualdade social entre os seres humanos, dentro da pluralidade existente, onde capacidades diferentes complementam-se na conjugação da espécie humana e na sobrevivência dos agrupamentos societários.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, José A. G. Michel Foucault e a teoria do poder. [www.ffch.usp.br/sociologia/revistas/tempo-social/v 7 e 2//albuqu7.html](http://www.ffch.usp.br/sociologia/revistas/tempo-social/v7e2//albuqu7.html), acesso em 25/10/2002.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 4ª ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- BUCI-GLUCKSMANN, Christine. *Gramsci y el Estado; hacia una teoría materialista de la filosofía*. 4. Ed. México D.F.: Siglo XXI, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993. 295p.
- GALEAZZI, Irene M. S. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. In: Revista: *Mulher e trabalho/ FEE; FGTAS/SINE-RS; DIEESE; SEADE-SP; FAT.* – V.1 (MARÇO, 2001) – Porto Alegre, 2001.
- HIRATA, Helena. Gênero e trabalho. Conferência proferida em 08/08/2002 na ADUFC, Fortaleza, 2002 (Oral).
- MACHADO, Roberto. Introdução; Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.
- MARX, Karl. O trabalho alienado. In: *Manuscritos econômicos filosóficos*. Lisboa, Edições 70, 1989. p.157-171.
- NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização*. São Paulo: Autores Associados, 2004.
- RODRIGUES, José Humberto. Gramsci, Foucault e Rubem Alves: três visões sobre o domínio e resistência que permeiam os movimentos sociais. www.meubrfree.com.br/pedagogiadestaq/antropologiaset.html, acesso em 25/10/2002
- SAFFIOTI, Heileth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.
- _____. *O Poder do macho*. Rio de Janeiro: Moderna, 1987.
- _____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira, Bruschini, Cristina. *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Mão-de-obra feminina, oportunidades e mercado de trabalho, no Brasil do século XIX. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.) *As idéias e os números de gênero*.

Argentina, Brasil e Chile no século XIX. São Paulo: Editora Hucitec, CEDHAL/ FFLCH – USP. Fundação VITAE, 1997.

SANTOS, Ma. Inês Detsi de A. *O pensar e o agir como possibilidade de desconstrução dos sujeitos “gendrados”*. Fortaleza. Mimeo, 2001.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Porto Alegre. Educação e realidade, 1990.